



BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Destacamos os seguintes fatos no período de 31 de dezembro de 2021:

IPO
Iniciamos em junho os ciclos de divulgação de resultados agora como Companhia aberta e listada após a Oferta Inicial de Ações ("IPO"), conforme a instrução CVM nº 476 precificada no dia 17 de junho de 2021. O IPO levantou R\$ 400 milhões e foi precificado a R\$ 16,00/ unit., em uma oferta 100% primária. Os recursos foram destinados ao aumento de capital do BR Partners Banco de Investimento S.A. com o passo na expansão de nossas áreas de Mercado de Capitais e Sales & Trading.

Contexto econômico

O último trimestre de 2021 foi marcado pelo aumento de incertezas na economia global refletindo temores da descoberta da nova variante do Corona Vírus denominada Ômicron. Fatores como retirada de estímulos monetários por parte do Banco Central Americano, abertura das taxas de juros dos países desenvolvidos e agravamento do risco inflacionário também contribuíram para o sentimento de aversão a risco. No cenário local, superada a PEC dos precatórios, encerrou-se o ano com desconforto fiscal devido a possibilidade de medidas mais populistas, números de atividade piores do que o esperado e revisões altistas dos números de inflação, com IPCA encerrando o ano em 10,06%. Isto fez o Banco Central acelerar o passo de aumento da taxa Selic que encerrou o trimestre em 9,25%, apresentando um incremento de 300 pontos bases no período.

Desempenho dos negócios

Na área de Assessoria Financeira, a Companhia experimentou mais um ano de forte atividade nos serviços de assessoria, atuando em transações icônicas nos segmentos de fusões e aquisições, assessoria a conselhos, privatizações, entre outros. Atingimos um volume de transações de R\$ 79,6 bilhões em 2021 em transações com clientes como Petrobras, Hering, Sulgás, Biofilica, Hypera, GPA. A área de Mercado de Capitais manteve o forte desempenho na estruturação e distribuição de dívidas e aumentou o carregamento dos títulos privados que estrutura. Em 2021, a área totalizou R\$ 4,1 bilhões em emissões estruturadas de CRI's, CRA, Fundos Imobiliários, FIDC e Debêntures de Infraestrutura em que o BR Partners

Banco de Investimento S.A. ("Banco") atuou como Coordenador Líder. Na área de Sales & Trading, a Companhia conseguiu expandir a sua atuação na estruturação de derivativos de juros, inflação e proteções cambiais a seus clientes. Vale destacar que o IPO realizado em junho de 2021 fortaleceu o capital da Companhia e viabilizou a expansão das operações de Sales & Trading, bem como um cross-selling mais efetivo com as dívidas estruturadas pela área de Mercado de Capitais. No ano, tivemos um volume negociado de derivativos e câmbio de R\$ 23,4 bilhões. No BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), continuamos a crescer nossa carteira de ativos, principalmente nos CRI's e CRA's originados por nossa área de Mercado de Capitais, e encerramos o ano de 2021 com uma carteira de R\$ 666,7 milhões de títulos corporativos. Além disso, nossa área de Captação, criada em meados de 2020, continua abrindo relacionamento e limites em depósitos com clientes institucionais, corporativos e plataformas. Como consequência, a Companhia tem aumentado o prazo médio de sua captação, passando de 39 dias ao final de dezembro de 2020 para 227 dias ao final de dezembro de 2021. Ressaltamos que o veículo BR Partners Banco de Investimento S.A. possui ratings A+ (bra) atribuídos pela Fitch Ratings e pela Moody's, com perspectivas estável e positiva respectivamente. O volume de ativos sob gestão do FIP Outlet, gerido pela área de Investimentos, atingiu R\$ 256 milhões em dezembro de 2021, um crescimento de 8% em relação a dezembro de 2020. Além disso, no segundo semestre de 2021, iniciamos uma nova tese de investimento no mercado de varejo Pet através da compra de participação minoritária relevante na PetCamp, uma rede de 31 petshops. Portanto, constituímos um fundo e fazemos a gestão para investidores (FIP Pet), que encerrou o ano de 2021 com R\$ 105 milhões de ativos sob gestão.

Desempenho financeiro consolidado

As receitas totais atingiram R\$ 331 milhões no exercício de 2021, comparado a R\$ 222 milhões em igual período de 2020, refletindo um aumento de 49% sobre o mesmo período do ano anterior. O lucro líquido atingiu R\$ 138,7 milhões, comparado a R\$ 88,7 milhões em igual período de 2020, representando um aumento de 56% sobre o período anterior e um retorno sobre o patrimônio líquido de 26%. A Companhia fechou o período com um patrimônio líquido de R\$ 767 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

A Companhia não tem política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas

e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas em sede de AGO/AGE. A política de dividendos da Companhia prevê a distribuição anual do dividendo mínimo obrigatório no valor de 25%, contudo a Companhia pretende remunerar seus acionistas de acordo com a apuração dos resultados auferidos ao longo do exercício, enviando melhores esforços para distribuir dividendos a um percentual superior ao estabelecido pela legislação vigente.

Negócios sociais e principais fatos administrativos

A Companhia apoia, através das leis de incentivos fiscais, organizações não governamentais com projetos ligados principalmente à saúde, educação, esporte, diversidade e equidade de gênero. As ações sociais promovidas pela Companhia podem ser realizadas de forma pontual e/ou emergencial, como a arrecadação de cestas básicas e doações de computadores para entidades filantrópicas. Também apoiamos de forma recorrente o Instituto Ayrton Senna, através da compra de tickets do Mc Dia Feliz, que são revertidos para a melhoria da educação no país. A Companhia não possui política para a realização de patrocínios.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para serviços de auditoria das demonstrações financeiras. O procedimento da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesse, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente.

Declaração dos Diretores

Os Diretores da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia") declaram que reviram, discutiram e concordam (a) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021; e (b) com as opiniões expressas no parecer de auditoria da KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, quanto às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

A BR Partners agradece a todos os colaboradores e sócios que contribuíram para o desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	5	94.132	47.102	Passivos financeiros ao custo amortizado		-	1.959.050	289.506	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	5(a)	88.488	70.121	2.368.744	540.349	- Recursos de instituições financeiras	13(c)	-	1.228.129	-	
- Títulos públicos		-	-	1.803.817	151.462	- Recursos de clientes	13(a)	-	671.744	252.869	
- Títulos privados		1.165	-	325.438	255.960	- Recursos de emissão de títulos	13(b)	-	59.177	7.021	
- Cotas de fundos de investimento		87.323	70.121	239.489	132.927	- Outros passivos financeiros	13(d)	-	-	29.616	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5(b)	-	-	257.594	-	Instrumentos financeiros derivativos	6(a)	-	-	70.478	15.457
- Títulos privados		-	-	230.759	-	Valores a pagar - fornecedores	12(a)	3.647	1.288	53.244	3.682
- Cotas de fundos de investimento		-	-	26.835	-	Valores a pagar - sociedades ligadas		-	93	-	4
Instrumentos financeiros derivativos	6(a)	-	-	149.852	38.090	Impostos a recolher	19	191	3.850	7.170	31.597
Ativos financeiros ao custo amortizado	7(a)	-	120	81.568	85.609	Passivo fiscal corrente	19	-	-	40.801	32.870
- Operações de crédito		-	-	56.823	28.802	Passivo fiscal diferido	19(b)	14.813	10.214	53.084	23.218
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		-	120	24.745	56.807	Outros valores a pagar	12(b)	39.226	41.122	96.948	69.869
Outros ativos	7(b)	-	-	48.091	-	Passivo de arrendamento	21(e)	-	-	-	1.463
Dividendos a receber		82.817	13.987	-	-	Total do passivo		57.877	56.567	2.280.775	467.666
Tributos a recuperar		107	11	3.061	27.422	Patrimônio líquido					
Pagamentos antecipados		230	137	6.704	1.192	Capital social		669.243	268.843	669.243	268.843
Ativo fiscal diferido	19(b)	3.060	-	28.154	12.470	Reserva de capital		(28.963)	3.653	(28.963)	3.653
Investimentos em controladas	9	650.380	265.780	-	-	Reserva de lucros		128.689	21.249	128.689	21.249
Imobilizado	10	-	151	4.721	3.609	Outros resultados abrangentes		(1.763)	-	(1.763)	-
Intangíveis	11	-	-	5.360	5.568	Total do patrimônio líquido	14	767.206	293.745	767.206	293.745
Total do ativo		825.083	350.312	3.047.981	761.411	Total do passivo e patrimônio líquido		825.083	350.312	3.047.981	761.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa de atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido		138.660	88.735	138.660	88.735
Ajustes para:					
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	-	18.892	(5.736)
Perda por redução ao valor recuperável		-	-	(76)	359
Depreciações e amortizações	17(c)	151	521	1.437	2.805
Baixa de imobilizado	10	-	-	-	1.905
Impostos diferidos		1.538	1.751	14.182	61.905
Provisão para contingências		-	-	272	-
Resultado de participações em controladas		(143.555)	(92.268)	-	-
Outros ajustes		-	134	2	(165)
		(3.206)	(1.127)	173.369	149.808
Varição em:					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(18.367)	(10.829)	(1.828.395)	(195.605)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(56.741)	(27.687)
Ativos financeiros ao custo amortizado		-	-	-	3.853
- Aplicações mercado aberto		-	-	(27.945)	7.476
- Operações de crédito		-	-	-	32.068
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		120	43.138	32.068	2.609
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	(257.594)	-
Tributos a recuperar		(96)	30	24.359	(25.823)
Pagamentos antecipados		(93)	(137)	(5.518)	(426)
Outros ativos		-	-	(48.091)	-
Valores a pagar - fornecedores		2.358	920	49.562	(1.467)
Passivos financeiros ao custo amortizado		-	-	-	1.228.129
- Recursos de instituições financeiras		-	-	418.875	172.426
- Recursos de clientes		-	-	52.156	(1.383)
- Recursos de emissão de títulos		-	-	(29.616)	15.763
- Outros passivos financeiros		-	-	-	(3.204)
Passivos de arrendamento		(93)	10	(4)	4
Dividendos a receber		-	26.385	-	-
Impostos a recolher		(3.657)	1.242	36.180	3.143
Outros valores a pagar		-	30.808	26.807	49.389
		(23.034)	90.440	(212.399)	109.870
Juros recebidos		-	65	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(234)	(51.082)	(22.904)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades operacionais		(23.034)	90.271	(263.481)	86.966
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de investimento Companhia investida	9	(354.200)	(72.250)	-	-
Dividendos recebidos		42.561	84.481	-	-
Recursos provenientes da venda de imobilizado de uso		-	4	-	11
Aquisição de imobilizado de uso	10	-	-	(3.526)	(941)
Aquisição de intangível	11	-	-	(277)	(477)
Redução de capital em companhia investida		-	-	-	-
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de investimento		(311.639)	12.235	(3.803)	(1.407)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de emissão de ações		400.400	30.447	400.400	30.447
Ágio na alienação de ações		-	10.112	-	10.112
Custos na emissão de ações		(30.904)	-	(30.904)	-
Recursos provenientes de alienação de ações		-	202	-	202
Recompra de ações		-	(38.334)	-	(38.334)
Passivo de arrendamento		-	-	(1.463)	-
Recursos provenientes de mútuo		-	(42.482)	-	(42.482)
Dividendos pagos		(34.827)	(62.446)	(34.827)	(62.446)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		334.669	(102.501)	333.206	(102.501)
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(4)	5	65.922	(16.942)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	5	-	47.102	58.308
Efeito das mudanças das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(18.892)	5.736
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	4	1	5	94.132	47.102
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		(4)	5	65.922	(16.942)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		3.214	8.394	2.063.752	1.223.703
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros		-	-	(1.946.981)	(1.176.956)
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros		3.214	8.394	116.771	46.747
Receitas de prestação de serviços	16	-	-	226.593	189.279
Despesas de serviços técnicos especializados	17(a)	(1.166)	(3.597)	(12.537)	(17.432)
Outras receitas		18	6	394	3.672
Total de receitas de prestação de serviços		(1.148)	(3.591)	214.450	175.519
Total de receitas		2.066	4.803	331.221	222.266
Despesas de pessoal	17(b)	(8.028)	(2.346)	(84.283)	(48.410)
Despesas administrativas	17(c)	(751)	(2.002)	(24.341)	(33.411)
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável		-	-	76	(359)
Outras despesas	18	(322)	(428)	(3.713)	(6.911)
Despesas operacionais		(9.101)	(4.776)	(112.261)	(89.091)
Resultado não operacional		2	(728)	107	369
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial		(7.033)	(701)	219.067	133.544
Resultado de equivalência patrimonial	9	143.555	92.268	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		136.522	91.567	219.067	133.544
Tributos sobre o lucro	19(a)	2.138	(2.832)	(80.407)	(44.809)
Lucro líquido do exercício		138.660	88.735	138.660	88.735
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	14(c)	-	-	138.660	88.735
Resultado por ação ordinária - básico R\$		-	-	0,53	0,30
Resultado por ação preferencial - básico R\$		-	-	0,53	0,41
Resultado por ação ordinária - diluído R\$		-	-	0,53	0,30
Resultado por ação preferencial - diluído R\$		-	-	0,53	0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		138.660	88.735	138.660 </	



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Demonstrações do Valor Adicionado exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Notas	2021	2020	2021		2020	Notas	2021	2020	2021
Outras		2	(728)	107	369	Outras	4.723	1.718	26.751	11.620
Valor adicionado total a distribuir		145.533	94.672	309.787	189.256	Impostos, taxas e contribuições	(1.154)	3.591	85.079	50.455
Distribuição do valor adicionado		145.533	94.672	309.787	189.256	Federais	(1.154)	3.591	84.580	49.278
Pessoal	17(b)	8.027	2.346	84.285	48.410	Municipais	-	-	499	1.177
Remuneração direta		2.797	494	47.556	29.918	Remuneração de capitais de terceiros	-	-	1.763	1.656
Benefícios		284	94	5.482	4.419	Aluguéis	-	-	1.763	1.656
FGTS		223	40	4.496	2.453	Remuneração de capitais próprios	21(e)	138.660	88.735	138.660
						Lucros retidos do exercício		138.660	88.735	138.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital			Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		emissão de ações	Agio na	Outras	Legal	Outras reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão			
Em 31 de dezembro de 2019	238.396	-	30.614	1.964	18.524	28.124	-	-	(10.314)	-	307.308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.735	88.735
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.735	88.735
Aumento de capital	30.447	-	-	-	-	(453)	-	-	-	-	29.994
Constituição de reservas	-	-	-	9.409	4.437	-	-	-	-	(4.437)	9.409
Transferência de ações em tesouraria	-	-	-	(1.712)	-	1.712	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	(30.614)	(7.720)	-	-	-	202	-	-	(38.132)
Venda de ações preferenciais – Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(10.112)	-	10.112	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(19.271)	-	-	-	(84.298)	(103.569)
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	30.447	-	(30.614)	1.689	4.437	(28.124)	-	10.314	-	(88.735)	(102.298)
Em 31 de dezembro de 2020	268.843	-	-	1.941	22.961	-	-	-	-	-	293.745
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.660	138.660
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(1.680)	(83)	-	-	(1.763)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	(1.680)	(83)	-	138.660	136.897
Transações com acionistas e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	400.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.400
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Legal	-	-	-	6.933	-	-	-	-	-	(6.933)	-
- Expansão e investimentos	-	-	-	-	-	46.680	-	-	-	(46.680)	-
Custos com recursos IPO	-	-	(30.904)	-	-	-	-	-	-	-	(30.904)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.932)	(32.932)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	52.115	-	-	-	(52.115)	-
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	400.400	-	(30.904)	6.933	-	98.795	-	-	-	(138.660)	353.897
Em 31 de dezembro de 2021	669.243	-	(28.963)	29.894	-	98.795	(1.680)	(83)	-	-	767.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora" e, em conjunto com suas companhias controladas "Grupo BR Partners" ou "Grupo"), é uma sociedade anônima listada, de capital aberto na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código BRB11, constituída no segundo semestre de 2009, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.355 – 26º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios. O controle da Companhia é exercido pela BR Partners Holdco Participações S.A. que detém 70,93% das

ações ordinárias e representa 45,65% (50% em 31 de dezembro de 2020) do capital social total. Anteriormente a Companhia era controlada pela BR Partners Holdco Participações Ltda. e em 1º de setembro de 2020 foi incorporada pela BR Partners Holdco Participações S.A.

Em 17 de junho de 2021 foi concluída a precificação da Oferta Inicial de Ações ("IPO") conforme a Instrução CVM 476. O IPO levantou R\$400 milhões e foi precificado a R\$16,00/unidade, em uma oferta 100% primária. O uso dos recursos será destinado à expansão de nossa plataforma de Mercado de Capitais e Sales & Trading.

A Companhia participa como controladora direta nas seguintes empresas:

País	% Participação	
	2021 (1)	2020 (1)
Brasil	99,99	99,99
Brasil	99,99	99,99
Holanda	100	100
Brasil	99,99	99,99

Companhias controladas

BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.

BR Partners Europe B.V.

BR Partners Participações Financeiras Ltda.

(1) Percentuais inferiores a 100% referem-se à participação da BR Partners Holdco Participações S.A.

A Companhia participa como controladora indireta nas seguintes companhias:

Principais atividades

Prestação de serviços de assessoria e consultoria

Administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros

Prestação de serviços de assessoria e consultoria na estruturação de operações de abertura e fechamento de capital

Consultoria em gestão empresarial

Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras

Companhias controladas

BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)

BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)

(1) O BR Partners Banco de Investimento S.A. possui em sua estrutura dois fundos exclusivos que são: Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado e BR Partners Capital (Nota 9.ii).

(2) Em 19 de novembro de 2020, a alienação da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, assim deixando de fazer parte do Grupo (Nota 9.ii). Dessa forma, não faz parte do consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Todavia, os resultados relativos ao período no qual estava sob controle da BR Advisory Partners Participações S.A. foram consolidados no resultado de 2020.

A Companhia opera principalmente com prestação de serviços de assessoria e consultoria, e as empresas do grupo se distinguem pelas operações realizadas, conforme nota 9.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.

COVID-19

Desde o início da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a Administração da Companhia não identificou nenhum impacto significativo do COVID-19 nos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia. Entretanto, a percepção dos efeitos da pandemia, ou a forma pela qual ela impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

Do ponto de vista regulatório, o Banco Central do Brasil intensificou a fiscalização das instituições financeiras por ele reguladas e supervisionadas em razão dos efeitos da pandemia, passando a exigir monitoramentos e relatórios mais frequentes das instituições sobre sua situação de liquidez, com destaque para captação e resgate de recursos, bem como para a concessão e risco de crédito de suas operações. O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), instituição financeira controlada indiretamente pela Companhia, enviou todos os relatórios e relatórios necessários ao Banco Central do Brasil, não tendo, até o presente momento, sofrido questionamentos materiais por essa autarquia.

Em respeito às orientações de isolamento social por conta da pandemia do COVID-19, a Companhia e suas controladas ofereceram a possibilidade de home-office a todos os seus administradores e colaboradores desde março de 2020. Atualmente, aproximadamente 25% de todos os administradores e colaboradores da Companhia e suas controladas continuam em home-office. Não houve redução da jornada de trabalho de qualquer colaborador. A Companhia formalizou um aditamento aos contratos de trabalho dos funcionários de todas as suas controladas no sentido de formalizar o home-office.

A Companhia, por meio do Banco, está acompanhando as orientações da Federação Brasileira de Bancos – Febraban bem como outros fóruns de discussão para estruturar o retorno de seus administradores e colaboradores às suas atividades normais na sede da Companhia em linha com as melhores práticas de mercado. A Companhia entende que o retorno dos seus colaboradores deve ser feito de maneira gradual, após a evolução da campanha de vacinação contra o COVID-19, para preservar seus colaboradores e evitar eventual disseminação do vírus nas instalações da Companhia e suas controladas.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas

pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida no direito e nas obrigações contratuais do Grupo.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; b) eliminação dos saldos de investimentos da Companhia com os saldos de capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas entre as empresas do Grupo são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros".

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes".

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas

prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

• Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 2.15.

• Perdas por redução ao valor recuperável

A determinação do nível de provisão para perdas esperadas de crédito exige estimativas e uso de julgamentos.

Para as estimativas de mensuração da perda ao valor recuperável para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado requer avaliações quantitativas complexas e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de cliente.

Os julgamentos necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda ao valor recuperável, são:

– Estabelecimento de critérios para determinar o aumento significativo de risco de crédito, realizando avaliação de rating inicial e monitoramento periódico do rating atualizado;

– Avaliação do perfil de risco de cada cliente levando em consideração, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias; e

– Análise de cenários prospectivos, aplicando Inputs do modelo de acordo com as projeções de PIB, taxas de mercado e principais indicadores econômicos ("Focus").

• Ativos fiscais diferido

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

• Redução ao valor recuperável do ágio ("impairment")

O Grupo avalia se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa (UGCs) independentes e a alocação de ágio para essas unidades.

A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:

• O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%;

• Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;

• Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano (mid-year Convention) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (mid-year point) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia;

• O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia Capital Asset Pricing Model ("CAPM"), na qual o custo de capital é estimado com base no retorno estimado exigido pelos acionistas da Companhia.

O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal. O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

teste anual de *impairment* da sua UGC e não apuro perdas sobre os valores contabilizados.

• Reconhecimento da receita

- Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros

Essas receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

- Receitas de prestação de serviços

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente, levando em consideração o julgamento para determinar o reconhecimento da receita ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo (Nota 2.12(b)).

• Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo.

2.6 Principais políticas contábeis

2.6.1 Receita de contrato com cliente

Para as receitas de contrato com o cliente é utilizado o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com os clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático). Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receitas.

A Companhia avaliou seus contratos com clientes. A Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas prestações de serviços e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O reconhecimento de receita ocorre no momento que o serviço é concluído e entregue ao cliente, geralmente por ocasião da conclusão dos trabalhos.

2.6.2 Instrumentos financeiros

(i). Reconhecimento e mensuração

Para o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização de *hedge*, mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39.

(ii) Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ"). Para fins de gerenciamento de riscos e regulatórios as carteiras são segregadas também como: i) Carteira *Trading*, composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade; e ii) Carteira *Banking*, composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios do Grupo e seus respectivos *hedges*.

a. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais com apenas pagamentos de principal e juros.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

b. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, ativos financeiros com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, com mensuração ao valor justo através do resultado se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas desses ativos e passivos em bases diferentes.

c. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio e de dívida

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos e títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado pela combinação de obtenção de fluxos de caixa contratuais e pela venda do instrumento financeiro.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Já os ganhos e perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação (derivativo ou pela designação no reconhecimento inicial). O valor justo e o resultado líquido desses passivos financeiros, incluindo juros, são reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros para proteção ("hedge accounting")

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições relacionadas a variação de taxa de juros. O Grupo permanece com a aplicação dos requerimentos de *hedge accounting* previstos no IAS 39, conforme permitido pelo IFRS 9.

No momento inicial da designação do *hedge*, o Grupo documenta o relacionamento existente entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução

da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período designado, bem como a observância se os resultados reais estão dentro da faixa de 80 – 125 por cento.

Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a natureza, a saber:

- *Hedge* de valor justo: Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na Demonstração do Resultado como "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros";
- *Hedge* de fluxo de caixa: Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes ao valor justo reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes", líquidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme evidenciado na Nota 6(e).

(iv). Avaliação do modelo de negócio e avaliação de SPPJ

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo com base nas análises do teste de SPPJ:

- Modelo de negócios: O modelo de negócios reflete como o Grupo gerencia seus ativos financeiros. Isto é, avalia prospectivamente as perdas esperadas sempre utilizando como critério de provisão os valores/procedimentos/metodologias/dispositivos definidos em nossos manuais internos.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: a classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam somente pagamentos do principal e juros ("SPPJ"), e que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos (operações de crédito) e outros recebíveis. Inclui-se também nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários que atendem os critérios desta categoria. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda para redução ao valor recuperável e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

- Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"): essa categoria inclui os instrumentos de dívida que em função do modelo de negócios tem como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais ou venda e tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos de principal e juros.

Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas de crédito esperadas e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo no resultado ("VJR"): essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes".

(v) Identificação e avaliação de *Impairment*

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho econômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

2.6.3 Arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 – arrendamento utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

Como resultado da aplicação do CPC 06(R2), apresentamos os valores na Nota 21(e).

2.6.4 Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICP 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 32 – *Income Taxes*) ("CPC 32/ IAS 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – <i>Sales & Trading</i>	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobradas pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – <i>Investment Banking</i>	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, <i>joint ventures</i> e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá, em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidas em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

2.13 Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Para a Controladora e demais empresas exceto o BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e BR Partners Gestão de Recursos Ltda. ("Gestão de Recursos"), o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Para o Banco a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 14 de julho de 2021 foi promulgada a Lei 14.183, que alterou a Lei 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro,

A adoção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.6.5 Normas emitidas e interpretações ainda não efetivas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 anos
Direito de uso de imóvel ⁽¹⁾	5 anos

(1) Refere-se a contratos de arrendamento (Nota 2.6.3 e Nota 21(e)).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

2.9 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pela licença adquirida para operar e exercer as atividades privativas de Instituições Financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda. controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A.. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de *software* adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização é conforme contrato de aquisição e podem variar ou até mesmo serem indeterminadas, quando determinada é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de *software* adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

<i>Softwares</i>	1 a 5 anos
Outros	Indeterminado

2.10 Outros ativos e passivos

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos deduzindo-se, quando aplicável as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

2.11 Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

O Grupo reconhece receitas conforme descrição a seguir:

a. Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

As receitas com os instrumentos financeiros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Essas receitas compreendem substancialmente as seguintes operações:

- Operações de crédito;
- Operações em moeda estrangeira;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários; e
- Operações com instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de prestação de serviços

• Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento abaixo:

- **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**
- A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – <i>Sales & Trading</i>	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobradas pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – <i>Investment Banking</i>	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, <i>joint ventures</i> e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá, em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidas em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

passando a vigorar com alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Para a Gestão de Recursos utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente, de renda e 9% para a contribuição social, respectivamente.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15 Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

a. Classificação contábil e valores justos

i. Controladora

	Ativos financeiros						
	VJR	a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2021
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	1	-	-	-	-
Certificado de depósitos bancários	-	1.165	1.165	-	-	-	-
Cotas de fundo de investimento em participações	87.323	-	87.323	-	-	87.323	87.323
Outros valores a receber de partes relacionadas	-	82.817	82.817	-	-	-	-
Total	87.323	83.983	171.306			87.323	87.323

	Ativos financeiros						
	VJR	a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2020
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	-	5	5	-	-	-	-
Cotas de fundo de investimento em participações	70.121	-	70.121	-	-	70.121	70.121
Outros valores a receber de partes relacionadas	-	120	120	-	-	-	-
Total	70.121	125	70.246			70.121	70.121

ii. Consolidado

	Ativos financeiros							
	VJR	VJORA	a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2021
Ativos financeiros								
Títulos públicos								
- Letras financeiras do tesouro (LFTs)	131.611	-	-	131.611	131.611	-	-	131.611
- Letras do tesouro nacional (LTNs)	49.982	-	-	49.982	49.982	-	-	49.982
- Notas do tesouro nacional (NTNs)	1.622.224	-	-	1.622.224	1.622.224	-	-	1.622.224
Derivativos								
- SWAP	87.253	-	-	87.253	-	87.253	-	87.253
- NDF (non-deliverable forward)	41.024	-	-	41.024	-	41.024	-	41.024
- Futuros	21.575	-	-	21.575	21.575	-	-	21.575
Títulos privados								
- Certificados de Recebíveis Imobiliários	260.126	147.589	-	407.715	-	407.715	-	407.715
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio	15.823	83.170	-	98.993	-	98.993	-	98.993
Cotas de fundo de investimento								
- Cotas de fundo de investimento em participações (1)	87.323	-	-	87.323	-	-	87.323	87.323
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	125.332	-	-	125.332	125.332	-	-	125.332
- Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	26.834	26.835	-	53.669	-	53.669	-	53.669
- Debêntures	49.489	-	-	49.489	-	49.489	-	49.489
Operações de crédito			56.823	56.823	-	-	-	56.823
Outros ativos financeiros ao custo amortizado								
- Serviços a receber	-	-	19.667	19.667	-	-	-	19.667
- Reembolso de clientes	-	-	335	335	-	-	-	335
- Outros	-	-	4.743	4.743	-	-	-	4.743
Outros ativos financeiros	48.091	-	-	48.091	-	48.091	-	48.091
Caixa e equivalentes de caixa			94.132	94.132				94.132
Total	2.566.687	257.594	175.700	2.999.981	1.950.724	786.234	87.323	2.824.281
Passivos financeiros								
- Recursos de clientes	-	-	671.744	671.744	-	-	-	671.744
- Recursos de emissão de títulos	-	-	59.177	59.177	-	-	-	59.177
- Recursos de instituições financeiras	-	-	1.228.129	1.228.129	-	-	-	1.228.129
Derivativos								
- SWAP	11.357	-	-	11.357	-	11.357	-	11.357
- NDF (non-deliverable forward)	21.566	-	-	21.566	-	21.566	-	21.566
- Futuros	37.555	-	-	37.555	37.555	-	-	37.555
Total	70.478		1.959.050	2.029.528	37.555	32.923		70.478

	Ativos financeiros						
	VJR	a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2020
Ativos financeiros							
Títulos públicos							
- Letras financeiras do tesouro (LFTs)	53.788	-	53.788	53.788	-	-	53.788
- Letras do tesouro nacional (LTNs)	97.674	-	97.674	97.674	-	-	97.674
Títulos privados							
- Certificados de recebíveis imobiliários	211.095	-	211.095	-	211.095	-	211.095
- Cédula de crédito imobiliário	44.865	-	44.865	-	44.865	-	44.865
Cotas de fundo de investimento							
- Cotas de fundo de investimento em participações (1)	70.121	-	70.121	-	-	70.121	70.121
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	62.806	-	62.806	62.806	-	-	62.806
Operações de crédito		28.802	28.802	-	-	-	28.802
Outros ativos financeiros ao custo amortizado							
- Outros valores a receber de partes relacionadas	-	5	5	-	-	-	5
- Câmbio	-	28.095	28.095	-	-	-	28.095
- Serviços a receber	-	22.342	22.342	-	-	-	22.342
- Reembolsos de clientes	-	4.236	4.236	-	-	-	4.236
- Outros	-	2.129	2.129	-	-	-	2.129
Caixa e equivalentes de caixa		47.102	47.102				47.102
Total	540.349	132.711	673.060	214.268	255.960	70.121	540.349
Passivos financeiros							
- Recursos de clientes	-	252.869	252.869	-	-	-	252.869
- Recursos de emissão de títulos	-	7.021	7.021	-	-	-	7.021
- Outros passivos financeiros	-	29.616	29.616	-	-	-	29.616
Derivativos							
- SWAP	9.121	-	9.121	-	9.121	-	9.121
- NDF (non-deliverable forward)	5.181	-	5.181	-	5.181	-	5.181
- Futuros	1.155	-	1.155	1.155	-	-	1.155
Total	15.457	289.506	304.963	1.155	14.302		15.457

(1) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi emitido Laudo de Avaliação, por empresa especializada e, também, através de avaliação interna, com o objetivo de suportar a avaliação da Administração em respeito ao valor de mercado dos empreendimentos. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação do valor justo dos investimentos. A Companhia detém 29% de participações no Fundo que tem por objetivo obter rendimentos através de investimentos de longo prazo, mediante a aplicação de recursos que exerçam atividades relacionadas ao setor de centros comerciais (shopping center) da categoria outlet. Em relação ao BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a Companhia entende que o montante registrado, referente a aquisição ocorrida em 07 de dezembro de 2021, reflete o valor justo das cotas para 31 de dezembro de 2021.

b. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados)	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos Títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de Título público, obtendo assim o <i>MIM</i> (Mark to Market) ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos Títulos Privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o <i>MIM</i> trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.	Não aplicável	Não aplicável
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado - Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimento, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).
Instrumentos financeiros derivativos (SWAP, NDF)	Modelos de SWAP: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de SWAP, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar SWAPS de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos <i>spreads</i> de crédito derivados de <i>credit default swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados. SWAP fluxo de caixa: o valor justo (<i>MIM</i>) corresponderá ao somatório dos <i>MIMs</i> de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto NDF (Non Deliverable Forward), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma NDF é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.	Não aplicável	Não aplicável
Instrumentos financeiros derivativos (Opções)	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apreamento do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção <i>in-the-money</i> possui valor intrínseco. • Valor Temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção <i>in-the-money</i> (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção <i>at-the-money</i> (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii. Opção <i>out-of-the-money</i> (fora do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Não aplicável	Não aplicável

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado – Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimento, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).

d. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2021 e 2020:

	VJR – Cotas de fundos de investimentos em participações (Outlet)	VJR – Cotas de fundos de investimentos em participações (Pet)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.292	–	59.292
Varição líquida no valor justo	10.829	–	10.829
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70.121	–	70.121
Varição líquida no valor justo	5.212	–	5.212
Aquisição de cotas	–	11.990	11.990
Saldo em 31 de dezembro de 2021	75.333	11.990	87.323

e. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Dada a subjetividade descrita acima e o pequeno número desses instrumentos na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade é executada individualmente para cada instrumento financeiro.

f. Demais instrumentos financeiros

A Companhia avaliou que os outros ativos e passivos financeiros são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos e, na maioria dos casos, as taxas flutuantes.

2.16 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização é praticamente certa. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas, quando aplicável.

• Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras.

• Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados à obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os registros de processo judicial de natureza ativa e passiva no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 21(c).

3. Gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros e esses riscos são divididos em: mercado, crédito e liquidez. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Estes riscos estão concentrados nas atividades do Banco de Investimento, onde a governança de riscos conta com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de Underwriting, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos.

Diariamente são apuradas e apresentadas várias métricas de riscos, tais como, VaR (Value at Risk), Stress Test, exposições por tipo de ativos e fatores de risco, relatórios regulatórios e controle de resultados. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos.

A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Presidência, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

3.1.1 Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devidas às flutuações adversas dos preços e taxas de mercado, sobre as posições da carteira do Grupo.

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo a efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

i. Carteira trading:

Exposição	Fatores de risco	2021			2020		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	1	35	71	214	5.527	10.316
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	2	52	105	1	17	34
Cupom cambial	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	1	24	48	3	68	136
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	1	21	41	3	68	137
Total sem correlação		5	132	265	221	5.680	10.623
Total com correlação		5	132	265	214	5.340	10.681

ii. Carteira banking:

Exposição	Fator de Risco	2021			2020		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(55)	(691)	(1.382)	(35)	(863)	(1.726)
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	(143)	(1.785)	(3.570)	–	–	–
Cupom cambial	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	–	–	–	(1)	(34)	(68)
Total		(198)	(2.476)	(4.952)	(36)	(897)	(1.794)

b. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destaca-se que os valores abaixo estão em reais e podem ser diferentes dos números apresentados pelo contábil devido a regras de contabilização conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

Exposição em Moedas Estrangeiras	2021			2020		
	R\$ (Real)	US\$ (Dólar)	€ (Euro)	R\$ (Real)	US\$ (Dólar)	€ (Euro)
Derivativos						
SWAP	(48.286)	48.286	–	43.617	(43.617)	–
NDF	208.849	(208.849)	–	175.123	(174.436)	(687)
Futuros	(118.658)	120.240	(1.582)	(193.895)	196.273	(2.378)
Total	(4.423)	1.222	3.201	(4.588)	169	4.419

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido

do exercício não apresentaria nenhuma variação significativa em reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

Também não haveria nenhuma variação significativa em reais no lucro líquido do exercício, caso o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao euro, em decorrência da exposição líquida não significativa.

3.1.2 Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito pode ser segregado, principalmente, em risco de: liquidação, reposição, concentração, falha de garantia, exposição potencial futura para derivativos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;
- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);
- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e

- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CDB"), Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") e também de fianças bancárias. Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, a Companhia também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de risco durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O critério adotado para a inadimplência parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um rating para o cliente, o limite a ser concedido ao cliente e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquela contraparte.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Consolidado	2021	2020
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado	76	(359)	–
Total	76	(359)	–

A Companhia avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente na data do relatório, com relação aos contratos com cliente. Para os títulos privados, o Grupo avaliou o risco de crédito e concluiu que a perda por redução do valor recuperável é de R\$ 2.441 para os próximos 12 meses. No nível da controladora não há nenhum saldo a ser divulgado na demonstração financeira.

a. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

i. Exposição ao risco de crédito

Notas	Controladora	
	2021	2020
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Contrapartes sem classificação externa de crédito ⁽²⁾	–	120
Total	7	120
Caixa e equivalentes de caixa – conta corrente e depósitos bancários de curto prazo ⁽¹⁾		
AAA	1	5
AA	–	–
Total	4	5
Consolidado		
Notas	2021	2020

Ativos financeiros ao valor justo no resultado

AAA	1.576.319	151.462
AA	61.614	44.865
A	177.999	–
B	85.824	211.095
C	26.834	–

Contrapartes sem classificação externa de crédito ⁽²⁾

	200.665	62.806
--	---------	--------

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

AAA	20.992	–
A	164.745	–
B	45.022	–
C	26.835	–

Ativos financeiros ao custo amortizado

Contrapartes sem classificação externa de crédito ⁽²⁾	60.287	33.111
--	--------	--------

Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾

AAA	33.845	106
BBB-	–	13.885

Contas a receber e outros ativos financeiros

AA	46.904	6.397
A	–	14.956
B	9.903	7.449

Contrapartes sem classificação externa de crédito ⁽²⁾

	28.802	56.807
Total	2.566.590	602.939

⁽¹⁾ Os ratings foram baseados na avaliação de mercado pela S&P – Standard & Poor's Financial Services LLC.

⁽²⁾ Independentemente da classificação externa de crédito da empresa, a Área de Crédito efetua a avaliação do rating interno do cliente com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. O Grupo avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos: i) perfil de negócios e financeiro da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; iv) estrutura da operação e suas garantias; e v) entre outros aspectos.

ii. Composição por estágio dos ativos financeiros

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber segregadas por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa total da operação.

O Grupo registra as perdas de crédito esperadas em seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em classificações por 3 estágios, sendo o primeiro referente às perdas esperadas pelo período de 12 meses e os demais por toda a vida da operação.

Na avaliação do modelo de perdas esperadas, foram adotados critérios para caracterizar default e aumento significativo de risco de crédito. Foram levados em consideração o procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos; as características de risco de crédito das operações; sua taxa histórica de inadimplência; estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área da atuação.

A BR Partners adota 90 dias de atraso para o critério de default. Quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Essa variação do nível de risco é dada pela avaliação do rating do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito.

A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada de forma julgamental, baseada em fatores qualitativos e quantitativos, incluindo o perfil de risco do negócio e

continua ...





BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro da empresa, setor de atuação e desempenho econômico-financeiro. Além disso, leva em consideração informações prospectivas, a estrutura da operação e suas garantias, entre outros aspectos.

A classificação dos ativos financeiros é realizada por estágios, da seguinte forma:
Estágio 1 – São estabelecidas as perdas de crédito esperadas para o máximo de 12 meses, assim que um ativo financeiro é originado ou adquirido. Este estágio se aplica aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito.

Estágio 2 – Perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida do instrumento financeiro. Este estágio se aplica aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento que foram originados, mas que ainda não são considerados com problemas de recuperação.

Estágio 3 – Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que impactam os seus fluxos de caixa futuros estimados. Na hipótese de aquisição de ativos financeiros com problemas de recuperação, tais ativos se enquadram nesse estágio.

Um ativo financeiro poderá migrar de estágio se apresentar deterioração significativa do nível de risco de crédito. Na hipótese de melhora do risco de crédito em estágio subsequentemente, com uma reversão do risco significativo detectado anteriormente, o ativo poderá voltar para o estágio anterior, caracterizando o processo de cura, a menos que seja um ativo adquirido com problemas de recuperação de crédito na origem.

b. Análise dos estágios:

	2021				
	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3	Total
Cédula de crédito imobiliário	42.280	-	-	-	42.280
Certificados de recebíveis imobiliários	149.395	(1.806)	-	-	147.589
Certificados de recebíveis do agronegócio	83.588	(418)	-	-	83.170
Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	26.835	-	-	-	26.835
Debêntures	48.606	(117)	-	-	48.489
Operações de crédito	14.643	(100)	-	-	14.543
Total	365.347	(2.441)	-	-	362.906

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

Passivos financeiros

Passivos financeiros	Total contábil
Fornecedores	53.244
Recursos de clientes	671.744
Recursos de emissão de títulos	59.177
Recursos de instituições financeiras	1.228.129
Derivativos	
SWAP	11.357
NDF	21.566
Futuros	37.555
Total	2.082.772

Passivos financeiros

Passivos financeiros	Total contábil
Fornecedores	3.682
Recursos de clientes	252.869
Recursos de emissão de títulos	7.021
Outros passivos financeiros	29.616
Passivo de arrendamento	1.463
Derivativos	
SWAP	9.121
NDF	5.181
Futuros	1.155
Total	310.108

3.2 Gestão de capital

O planejamento de capital dentro do Grupo é de fundamental importância para a execução do planejamento estratégico, onde se busca a melhor distribuição para as linhas de negócio com a posterior otimização do capital utilizado.

O processo é baseado conforme a natureza das operações, complexidade dos produtos e à disposição do Grupo aos riscos incorridos e requerimento de capital. A gestão de capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido 9,25%.

O Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners, conforme determinado no artigo 1º da Resolução nº 4.280/13, é composto pelas seguintes empresas: BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital"). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apurado com base no Conglomerado Prudencial é:

	2021	2020
Patrimônio de referência	632.783	247.748
Patrimônio de referência nível I	632.783	247.748
Capital principal	632.783	247.748
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.834.927	626.331
Risco de Crédito	874.706	311.285
Risco de Mercado	850.558	223.042
Risco Operacional	109.663	92.004
Índice de Basileia	34,49%	39,56%
Nível I (IN1)	34,49%	39,56%
Capital principal (ICP)	34,49%	39,56%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil.

3.3 Pandemia – COVID-19

Após a declaração de pandemia do COVID-19 por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), as autoridades elaboraram e executaram medidas para contenção de circulação, aglomerações de pessoas e normas para o funcionamento dos serviços essenciais e não essenciais na tentativa de conter a disseminação do vírus. Esse grave cenário trouxe inúmeras situações adversas para a vida das pessoas e para os negócios.

As instituições reguladas pelo Banco Central possuem plano de contingência definido pela regulamentação, no entanto, este não atendia a totalidade das medidas necessárias para adequar as normas das autoridades.

Sendo assim, as instituições foram obrigadas a elaborar novos processos para este tipo de evento, seguem abaixo as medidas tomadas pela BR Partners:

- Criação do Grupo de Trabalho para definição dos processos de contingência para COVID-19 contando com a participação da diretoria, do Chief Risk Officer ("CRO"), das áreas de Riscos e Compliance;
- Disponibilização de álcool em gel, máscaras e intensificação das medidas de higiene para todas as estações de trabalho e pontos de grande circulação (Copa, Salas de Reunião, etc.);
- Disponibilização de Home Office para toda a instituição;
- Antecipação da campanha de vacinação para gripe;
- Criação de uma nova classificação de Risco Operacional (R.O. COVID-19) para

	2020				
	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3	Total
Cédula de crédito imobiliário	44.865	-	-	-	44.865
Certificados de recebíveis imobiliários	211.835	(740)	-	-	211.095
Operações de crédito	28.952	(150)	-	-	28.802
Total	285.652	(890)	-	-	284.762

3.1.3 Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As principais fontes de risco de liquidez do Grupo são:

- Aumento do requerimento de depósito de margens ou garantias em câmara de compensação;
- Possível restrição na venda de ativos que são considerados líquidos, em condições normais de mercado, mas que perdem esse status, por exemplo, devido a estresse agudo nos mercados ou possível problema com a capacidade financeira do emissor;
- Possível desvalorização substancial no valor de mercado de ativos considerados líquidos;
- Possíveis perdas devido ao risco de mercado; e
- Possíveis perdas ou atrasos devido ao não recebimento do montante financeiro esperado, na data contratada, de operações que têm risco de crédito e/ou risco contraparte.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos.

O caixa do Banco é gerenciado de forma centralizada pela Tesouraria do Banco. O controle do risco de liquidez no BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e também a aplicação de cenários de stress nas condições de liquidez do Banco.

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Consolidado	
	2021	2020
Títulos privados		
Certificados de recebíveis imobiliários ⁽⁵⁾	147.589	-
Certificado de recebíveis do agronegócio ⁽⁷⁾	83.170	-
Cotas de fundo de investimento		
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios ⁽⁸⁾	26.835	-
Total	257.594	-

⁽¹⁾ Os certificados de depósitos bancários estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão depositados no BR Partners Banco de Investimento S.A., parte relacionada da Companhia, com vencimento em até 29 de novembro de 2024.

⁽²⁾ A carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações é composta substancialmente por ações da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.

Os valores das aplicações foram apurados e contabilizados com base em valor justo, mediante emissão de laudo técnico.

⁽³⁾ Em 24 de novembro de 2021, a Companhia adquiriu cotas da BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e foram classificadas a valor justo por meio do resultado ("VJR"), e reconhecidas inicialmente a valor justo, cujos ganhos e perdas são registrados diretamente no resultado do exercício.

⁽⁴⁾ Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela Anbima.

⁽⁵⁾ Os certificados de recebíveis imobiliários, classificados como valor justo por meio do resultado ("VJR"), estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxa de juros prefixadas e são reconhecidos inicialmente a valor justo, cujos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

⁽⁶⁾ A Cédula de crédito imobiliário está registrada na B3 – Brasil Bolsa Balcão, cuja valorização é efetuada por IPC-A + taxa de juros prefixadas.

⁽⁷⁾ Os certificados de recebíveis do agronegócio estão na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxas de juros prefixadas e são reconhecidos inicialmente a valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

⁽⁸⁾ As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios foram classificadas de acordo com o modelo de negócios da Companhia, sendo determinada quantidade classificada ao valor justo por meio do resultado ("VJR") e, as cotas remanescentes, classificadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"). São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, respectivamente.

⁽⁹⁾ Os fundos de investimentos imobiliários são listados e registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificados ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

⁽¹⁰⁾ As debêntures de infraestrutura foram adquiridas no decorrer do exercício de 2021, estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificadas ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), sendo remuneradas a 100% do IPCA.

6. Instrumentos financeiros derivativos – Consolidado

a. Composição por indexador

	2021		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
SWAP	87.253	(11.357)	3.135.838
IPC-A x CDI	14.982	-	150.000
CDI x Dólar	29.759	(1.056)	507.428
CDI x IPC-A	40.110	(10.301)	2.278.410
Dólar x CDI	2.402	-	200.000
NDF	41.024	(21.566)	1.870.045
Dólar x Pré	10.176	(10.745)	912.877
Pré x Dólar	13.149	(10.449)	872.069
Termo Commodities	17.699	(372)	85.099
Futuros	21.575	(37.555)	439.672
Posição comprada	853	(17.851)	2.189.800
DAP	304	(433)	656.787
DDI	-	(5.691)	276.751
DII	532	(8)	488.761
WDO	-	(11.719)	610.228
DOL	17	-	157.273
Posição vendida	20.722	(19.704)	(1.750.128)
DAP	-	(54)	(22.329)
DDI	5.646	-	(271.803)
DII	7	(5)	(626.379)
WDO	1	-	(1.292)
DOL	15.068	-	(744.998)
Commodities	-	(19.645)	(83.327)
Total	149.852	(70.478)	5.445.555

	2020		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
SWAP	18.883	(9.121)	453.487
IPC-A x CDI	18.644	-	150.000
CDI x Dólar	-	(9.121)	208.487
CDI x IPC-A	239	-	95.000
NDF	18.580	(5.181)	566.291
Dólar x Pré	10.512	(1.842)	164.342
Pré x Dólar	5.732	(2.646)	356.213
Pré x Euro venda	-	(23)	1.555
Termo Commodities	2.336	(670)	44.181
Futuros	627	(1.155)	18.369
Posição comprada	299	(955)	647.019
DAP	81	-	82.072
DDI	19	(409)	164.444
DII	164	(2)	210.142
WDO	35	(32)	51.804
DOL	-	(512)	138.557
Posição vendida	328	(200)	(628.650)
DAP	67	(108)	(272.156)
DDI	261	-	(85.188)
DII	-	(42)	(202.450)
DOL	-	(50)	(68.856)
Total	38.090	(15.457)	1.038.147

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	2021			
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito	Valor de mercado
Ativo				
SWAP	27.980	59.713	(440)	87.253
NDF	35.358	5.269	397	41.024
Futuros	21.575	-	-	21.575
Total	84.913	64.982	(43)	149.852
Passivo				
SWAP	(23.486)	12.129	-	(11.357)
NDF	(19.228)	(2.279)	(59)	(21.566)
Futuros	(37.555)	-	-	(37.555)
Total	(80.269)	9.850	(59)	(70.478)

continua ...



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadoni.estadao.com.br/publicacoes/>



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020			
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito	Valor de mercado
Ativo				
SWAP	9.167	9.716	-	18.883
NDF	19.890	(1.134)	(176)	18.580
Futuros	627	-	-	627
Total	29.684	8.582	(176)	38.090
Passivo				
SWAP	(2.514)	(6.607)	-	(9.121)
NDF	(6.124)	943	-	(5.181)
Futuros	(972)	(183)	-	(1.155)
Total	(9.610)	(5.847)		(15.457)

c. Composição por vencimentos

	2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
SWAP	-	-	6.358	80.895	87.253
NDF	16.592	17.836	6.596	-	41.024
Futuros	17.350	458	1.795	1.972	21.575
Total	33.942	18.294	14.749	82.867	149.852
Passivo					
SWAP	(1.052)	-	(375)	(9.930)	(11.357)
NDF	(12.995)	(8.571)	-	-	(21.566)
Futuros	(35.312)	(343)	(1.244)	(656)	(37.555)
Total	(49.359)	(8.914)	(1.619)	(10.586)	(70.478)

	2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
SWAP	-	-	237	18.646	18.883
NDF	6.396	11.287	897	-	18.580
Futuros	202	164	99	162	627
Total	6.598	11.451	1.233	18.808	38.090
Passivo					
SWAP	-	-	-	(9.121)	(9.121)
NDF	(3.394)	(1.406)	(381)	-	(5.181)
Futuros	(657)	(308)	(24)	(166)	(1.155)
Total	(4.051)	(1.714)	(405)	(9.287)	(15.457)

d. Garantias

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 (Brasil Bolsa Balcão) são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 5.901 em 2021 (R\$ 4.694 em 2020).

e. Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Grupo utiliza relações de *hedge* do tipo de *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações prefixadas reconhecidas no BR Partners Banco de Investimento S.A., operando com contratos futuros de DI, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Grupo determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido.

Considerando que o Grupo optou em continuar utilizando os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39 (IFRS 9 – parágrafo BC6.104), as operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

Estratégia	2021				
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge (1)	
	Variação no valor justo reconhecida no resultado			Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do Hedge	
	Valor contábil Passivo	Valor justo Passivo	Valor nominal	Valor nominal	Valor nominal
Risco de taxa de juros					
Hedge de Captações (2)	88.215	86.961	1.254	86.241	(1.308)
Total	88.215	86.961	1.254	86.241	(1.308)

(1) O Grupo utiliza contratos futuros de DI, negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumento de proteção relacionado ao risco de taxa de juros das captações prefixadas selecionadas para *hedge*. Os ajustes diários relacionados aos contratos futuros estão registrados na rubrica de "Instrumentos Financeiros Derivativos".

(2) Captações prefixadas registrada na rubrica de "Passivos financeiros ao custo amortizado", relacionadas ao produto Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), oriundo de recursos de clientes.

Não houve operações designadas como *hedge accounting* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

f. Valor de compensação dos derivativos

O Grupo contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da Associação Internacional de Swaps e Derivativos (AISD) que preveem pagamentos líquidos. São transações realizadas com a contraparte em um mesmo dia e com um único montante líquido pago entre as partes. O Grupo utiliza o método de compensação para todos os derivativos contratados o que não representa risco para o Grupo, uma vez que não temos instrumentos financeiros não compensados.

	Consolidado	
	2021	2020
SWAP	87.253	18.883
NDF	41.024	18.580
Futuros	21.575	627
Total	149.852	38.090

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo não possui em seu balanço instrumentos financeiros em base líquida por não atenderem aos critérios de compensação do IAS 32, ou por não ter a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Adicionalmente, não há contratos nos quais a Companhia ou contraparte, tenham o direito de compensar as quantias a receber e a pagar dos contratos separados em caso de inadimplência.

7. Outros ativos financeiros

a. Avaliados ao custo amortizado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outros valores a receber de partes relacionadas	-	4	-	4
Outros	-	116	-	116
Total	-	120	-	120
Operações de crédito (1)	56.823	28.802	56.823	28.802
Câmbio (2)	-	28.095	-	28.095
Serviços a receber (3)	19.667	22.342	19.667	22.342
Reembolsos de clientes (4)	335	4.236	335	4.236
Outros	4.743	2.134	4.743	2.134
Total	81.568	85.609	81.568	85.609

(1) Foi constituída para as operações de crédito, provisão para perdas esperadas no total de R\$ 100 em 2021 (R\$ 150 em 2020), o saldo refere-se a operações com clientes do BR Partners Banco de Investimento S.A., cujo a carteira de crédito compõe Cédulas de Crédito Bancário com contrapartes de pessoas físicas e jurídicas.

(2) Refere-se a câmbio comprado a liquidar R\$ 10.982, direitos sobre venda de câmbio R\$ 18.707 e adiantamento em moeda nacional recebidos referente a operação de câmbio de liquidação pronta (R\$ 1.594) em 31 de dezembro de 2020.

(3) Refere-se a valores a receber de empresa ligada, sobre a integralização de capital subscrito conforme boletim de subscrição.

(4) Refere-se a reembolsos a receber de clientes, sobre despesas definidos em contrato na prestação de serviço.

b. Outros ativos

O montante de R\$ 48.091 refere-se ao compromisso firme de compra (negociação a termo) de debêntures do setor de infraestrutura, cuja liquidação financeira ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022, com o respectivo ingresso da custódia do ativo.

8. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes.

a. Controladora

	Controlador indireto		Controlador direto (1)		Coligadas e controladas (3)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020 (2)	2021	2020
Ativo (Passivo)								
Valores a receber (6)	-	-	-	-	82.817	13.987	82.817	13.987
Cotas de fundos em participações (4)	-	-	-	-	87.323	70.121	87.323	70.121
Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	1.165	-	1.165	-
Valores a pagar (1)	-	-	(21.328)	-	(92)	(21.328)	(92)	(21.328)

	Controlador indireto		Controlador direto (1)		Coligadas e controladas (3)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020 (2)	2021	2020
Resultado								
Receitas de juros	-	-	-	-	439	65	439	65
Outras despesas	-	-	-	-	-	(194)	-	(194)
Resultado de aplicação em fundo de investimento (4)	-	-	-	-	2.701	8.330	2.701	8.330

b. Consolidado

	Controlador Indireto		Controlador direto		Coligadas (3)/(4)		Pessoal chave da Administração (5)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo (Passivo)										
Valores a receber	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
Cotas de fundos em participações (4)	-	-	-	-	87.323	70.121	-	-	87.323	70.121
Valores a pagar (1)	-	-	(21.328)	-	-	-	-	-	(21.328)	-
Certificado de depósitos bancários (7)	-	-	(3)	-	(9.821)	-	(505)	(899)	(10.329)	(899)
Letras de crédito imobiliário (8)	-	-	-	-	-	-	(5.774)	(7.021)	(5.774)	(7.021)
Resultado										
Receitas (despesas) de aplicação em fundo de investimento (4)	-	-	-	-	2.701	8.330	-	-	2.701	8.330
Despesas de juros	-	-	(69)	-	(439)	-	-	-	(508)	-

(1) BR Partners Holdco Participações S.A.

(2) BR Partners Banco de Investimento S.A.

(3) Empresas relacionadas na Nota 8(d) e 9.

(4) BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações e BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(5) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

(6) Dividendos a receber das controladas BR Partners Assessoria Financeira Ltda. e BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

(7) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável de 93% a 100% do DI + 1% a.a. (93% a 100% do DI em 2020).

(8) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento até maio de 2028 à taxa variável de 100% a 105% do DI + 1% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

c. Remuneração do pessoal-chave

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pró-labore	1.340	1.320	3.478	2.742
Encargos sociais	268	264	696	548
Diretor empregado	348	153	348	153
Encargos sociais	97	43	97	43
Total	2.053	1.780	4.619	3.486

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária e diretoria regida pela CLT da Companhia que, além dos dividendos decorrentes de suas participações no BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em Despesas Administrativas. Adicionalmente, existem outros profissionais da Companhia que também são acionistas da Companhia.

d. Outras partes relacionadas

No consolidado, além das empresas apresentadas na nota explicativa 9, acrescentamos: BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. são investimentos que compõem a carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações que é gerido pela BR Partners Gestão de Recursos Ltda. Adicionalmente, o BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia também é considerado como parte relacionada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

e. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:

- Diretores e membros dos conselhos administrativos da Companhia, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Companhia; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas acima indicadas participem com mais de 10%.

9. Investimentos em controladas

A Companhia possui em 31 de dezembro os seguintes investimentos:

	2021	2020
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	670	670
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	187	194
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	638.897	253.547
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	2.000
BR Partners Europe B.V.	8.626	9.369
Total	650.380	265.780

O quadro a seguir demonstra a participação da Companhia em subsidiárias:

	Saldo em 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos/a receber	Outros resultados abrangentes (1)	Aumento de Capital	Saldo em 2021
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	670	106.012	(106.012)	-	-	670
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	194	(7)	-	-	-	187
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	253.547	32.830	-	(1.680)	354.200	638.897
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	5.380	(5.380)	-	-	2.000
BR Partners Europe B.V. (1)	9.369	(660)	-	(83)	-	8.626
Total	265.780	143.555	(111.392)	(1.763)	354.200	650.380

	Saldo em 2019	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos/a receber	Aumento de Capital	Saldo em 2020
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	670	71.185	(71.185)	-	670
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	200	(6)	-	-	194
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	174.584	6.713	-	72.250	253.547
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	4.001	11.295	(13.296)	-	2.000
BR Partners Europe B.V.	6.288	3.081	-	-	9.369
Total	185.743	92.268	(84.481)	72.250	265.780

(1) Representado por ajustes reflexos de avaliação patrimonial registrados no BR Partners Banco de Investimento S.A., bem como ajustes de conversão de investimentos no exterior relacionada a empresa BR Partners Europe B.V.

i. Controladas diretas

• BR Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria na estruturação de operações de abertura e fechamento de capital, captação de recursos no mercado financeiro e de capitais, reestruturação de dívidas, securitização de recebíveis e demais operações relacionadas, dentro e fora do território nacional.

• BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

Prestadora de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros, a atuação nos mercados financeiros e de capitais como gestor ou administrador de fundos de investimento em geral, nos termos da regulamentação aplicável e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, quaisquer que sejam seus objetos.

• BR Partners Participações Financeiras Ltda.

Empresa detentora de participações societárias no BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco BR



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira, renda variável e derivativos, de forma que o Total FIM fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• BR Partners Capital ("BR Capital")

O BR Capital é um fundo domiciliado nas Ilhas Cayman, administrado pelo Banco Bradesco S.A., com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma empresa integrante do Grupo e tem como objetivo complementar as atividades de banco de investimento, renda fixa, câmbio, consultoria e assessoria financeira, bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros, nos termos da Resolução nº 2.689.

O Grupo constituiu a Corretora, sociedade de capital fechado no dia 10 de fevereiro de 2012 e recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") no dia 8 de junho de 2012.

A BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pelo BR Partners Banco de Investimento S.A..

Em junho de 2015 houve o descredenciamento junto a BM&FBOVESPA (B3) no segmento Bovespa, permanecendo ativa no segmento de renda fixa até 30 de outubro de 2019, quando foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Ofício 24202/2019-BCB/Deorf/GTSP1, o processo de alienação do controle societário da Corretora.

Em 19 de novembro de 2020, foi aprovada o processo de alienação da CTVM pelo Banco Central através do Ofício 25.051/2020-BC/Deorf/GTSP1, assim deixando de fazer parte do conglomerado, o lucro na venda foi de R\$ 1.163.

10. Imobilizado**a. Controladora**

	Vida útil (anos)	Valor custo em 31/12/2020	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2021
Instalações	10	4.562	127	-	(127)	-
Móveis e equipamentos de uso	10	1.651	22	-	(22)	-
Outros	10	74	2	-	(2)	-
Total		6.287	151		(151)	

	Vida útil (anos)	Valor custo em 31/12/2019	Valor contábil em 31/12/2019	Aquisição/(baixa)	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2020
Instalações	10	4.562	504	-	(377)	127
Móveis e equipamentos de uso	10	1.651	160	-	(138)	22
Outros	10	74	8	-	(6)	2
Total		6.287	672		(521)	151

b. Consolidado

	Vida útil (anos)	Valor custo em 31/12/2020	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2021
Instalações	10	4.565	126	-	(126)	-
Benefícios em imóveis de terceiros	10	634	634	1.060	(149)	1.545
Equipamentos de informática e telefonia	5	4.865	1.317	2.417	(638)	3.096
Móveis e equipamentos de uso	10	1.672	53	42	(32)	63
Direito de uso de imóvel – adoção do IFRS 16/(CPC 06(R2))	5	5.886	1.464	168	(1.632)	-
Outros	10	113	16	7	(6)	17
Total		17.735	3.610	3.694	(2.583)	4.721

	Vida útil (anos)	Valor custo em 31/12/2019	Valor contábil em 31/12/2019	Aquisição/(baixa)	Transferências	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2020
Instalações	10	4.565	880	-	(287)	(467)	126
Benefícios em imóveis de terceiros	10	634	-	354	280	-	634
Equipamentos de informática e telefonia	5	4.865	1.164	586	-	(433)	1.317
Móveis e equipamentos de uso	10	1.672	194	-	7	(148)	53
Direito de uso de imóvel – adoção do IFRS 16/(CPC 06(R2))	5	5.886	4.667	(1.905)	-	(1.298)	1.464
Outros	10	113	27	-	-	(11)	16
Total		17.735	6.932	(965)		(2.357)	3.610

11. Intangíveis

	Valor custo em 31/12/2020	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Amortização	Valor contábil em 31/12/2021
Licença de uso de software (1)	4.190	1.068	278	(486)	860
Intangível de vida útil indefinida	4.500	4.500	-	-	4.500
Total	8.690	5.568	278	(486)	5.360

	Valor custo em 31/12/2019	Valor contábil em 31/12/2019	Aquisição/(baixa)	Amortização	Valor contábil em 31/12/2020
Licença de uso de software (1)	4.190	1.039	477	(448)	1.068
Intangível de vida útil indefinida	4.500	4.500	-	-	4.500
Total	8.690	5.539	477	(448)	5.568

(1) Para os ativos intangíveis de licença de uso, é usado o prazo de amortização fixado em contrato.

12. Valores a pagar**a. Valores a pagar – fornecedores**

Referem-se a provisões de pagamentos a efetuar sobre fornecedores e serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores a pagar (1)	3.647	1.288	53.244	3.682
Total	3.647	1.288	53.244	3.682

(1) O aumento observado na rubrica consolidada de "Fornecedores a pagar" refere-se, majoritariamente, ao compromisso firme de compra de debêntures (compra a termo) no montante de R\$ 48.091, cuja liquidação ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022.

b. Outros valores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos a pagar	39.225	41.122	39.225	41.126
Provisão a pagar despesas de pessoal	-	-	54.685	25.774
Provisão para contingência	-	-	1.468	1.196
Valores a pagar clientes	1	-	633	156
Provisão para garantias de fianças prestadas	-	-	373	399
Resultado de exercício futuro	-	-	564	1.218
Total	39.226	41.122	96.948	69.869

13. Passivos financeiros**a. Recursos de clientes**

Representado, no Consolidado, por captações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") com clientes do BR Partners Banco de Investimento S.A. com vencimento até 18 de dezembro de 2023, o quadro a seguir traz o saldo e suas taxas correspondentes:

Títulos	Remuneração a.a.	2021
CDB prefixado (1)	de 3,28% a 11,50%	159.466
CDB pós fixado (1)	IPCA + 0,37% a 4,99%	81.090
	de 100% a 140% do DI	228.239
	100% DI + 0,88% a 1,61%	182.643
CDI pós-fixado	100%	20.306
Total		671.744

Títulos	Remuneração a.a.	2020
CDB prefixado (2)	de 3,28% a 8,28%	4.635
CDB pós fixado (2)	de 100% DI + 0,91% a 1,48%	26.447
	de 100% a 150% do DI	170.544
CDI prefixado (2)	de 100% do DI + 1,05% a 1,06%	50.099
	100% do DI	1.144
Total		252.869

(1) Vencimento em até 30 de setembro de 2024.

(2) Vencimento em até 18 de setembro de 2029.

b. Recursos de emissão de títulos

Representado por captações feitas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A. em Letras de Crédito Imobiliário no valor de R\$ 14.352 em 31 de dezembro de 2021, com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável de 100% a 115% do DI + 1% a.a., (R\$ 7.021 em 31 de dezembro de 2020 com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável entre 93% a 100% do DI + 1% a.a.) e Letras Financeiras no valor de R\$ 44.825 em 31 de dezembro de 2021, com vencimento até 18 de novembro de 2024 à taxa variável de 100% a 105% do DI + 1,67% a 1,76% a.a. ou IPCA + 5,30% a.a., (não houve saldo em 31 de dezembro de 2020).

c. Recursos de instituições financeiras

Representado por compromissos de recompra celebrados entre a BR Partners Banco de Investimento S.A. e outras instituições financeiras, no montante de R\$ 1.228.129 em 31 de dezembro de 2021 a taxa prefixada de 6,15 % a.a. (não houve saldo em 31 de dezembro de 2020). A data de retorno das operações foi fixada para 3 de janeiro de 2022.

d. Outros passivos financeiros

Representado por operações de câmbio feitas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A. no montante de R\$ 29.616 em 2020 com vencimento para 4 de janeiro de 2021. Não há posição de câmbio passivo em 31 de dezembro de 2021.

14. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em reunião do Conselho de Administração de 17 de junho de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 364.000, o qual passou de R\$ 268.843 para R\$ 632.842, mediante a emissão de 68.250 ações subjacentes às Units, sendo 22.750 ações ordinárias e 45.500 ações preferenciais, ao preço por ação de R\$ 16,00, passando o capital social da Companhia de 238.876 ações, sendo 170.625 ações ordinárias e 68.250 ações preferenciais, para 307.126 ações, sendo 193.375 ações ordinárias e 113.750 ações preferenciais, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração de 24 de junho de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, em decorrência do exercício integral da opção do lote suplementar, pelo agente estabilizador, no âmbito da oferta restrita (vide Nota 1 – Contexto Operacional), no montante de R\$ 36.400, mediante a emissão de 6.825 ações subjacentes às Units do lote suplementar, sendo 2.275 ações ordinárias e 4.550 ações preferenciais. Considerando o preço de R\$16,00 por Unit da oferta restrita, incluindo as Units do lote suplementar ("preço por Unit"), e que cada Unit do lote suplementar é formada por 1 ação ordinária e por 2 ações preferenciais, o preço por ação subjacente às Units do lote suplementar é correspondente a 1/3 do preço por Unit ("Preço por Ação"). A escolha do critério de determinação do preço por Unit e do preço por ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Units objeto da oferta restrita foi aferido de acordo com a realização do procedimento de *bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores profissionais apresentam suas intenções de investimento no contexto da oferta restrita e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de janeiro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). O aumento de capital aprovado é realizado com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações subjacentes às Units do lote suplementar, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia. O capital social da Companhia passou de R\$ 632.842 para R\$ 669.243, passando o capital social da Companhia de 307.126 ações, sendo 193.375 ações ordinárias e 113.750 ações preferenciais, para 313.951 ações, sendo 195.650 ações ordinárias e 118.300 ações preferenciais.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Outras reservas de lucros referem-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço.

i. Cálculo do lucro atribuível por tipo de ações

	2021	2020
Lucro líquido a distribuir aos acionistas	138.660	88.735
Lucro atribuível aos proprietários de Ações Ordinárias	67.139	44.368
Lucro atribuível aos proprietários de Ações Preferenciais	71.521	44.368

ii. Cálculo do lucro básico por ação

	2021	2020
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro por ação ordinária	67.139	44.368
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fim de cálculo do lucro básico por ação	127.780	149.119
Lucro líquido básico por ação ordinária – R\$	0,53	0,30

iii. Cálculo do lucro diluído por ação

Cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações e na média ponderada de ações em circulação após os ajustes para todas potenciais ações diluídas.

	2021	2020
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro por ação ordinária	67.139	44.368
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fim de cálculo do lucro diluído por ação	127.780	149.119
Lucro líquido diluído por ação ordinária – R\$	0,53	0,30

iv. Cálculo do lucro diluído por ação preferencial

	2021	2020
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro por ação preferencial	71.521	44.368
Quantidade média ponderada de ações preferenciais para fim de cálculo do lucro básico por ação	136.121	107.447
Lucro líquido básico por ação preferencial – R\$	0,53	0,41

v. Cálculo do lucro diluído por ação preferencial

	2021	2020
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro por ação preferencial	71.521	44.368
Quantidade média ponderada de ações preferenciais para fins de cálculo do lucro diluído por ação	127.780	107.447
Lucro líquido diluído por ação preferencial – R\$	0,53	0,41

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, § 5º da Lei das Sociedades por Ações.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	138.660	
Constituição de reserva legal	(6.933)	
Lucro líquido ajustado	131.727	

Destinações

Dividendo mínimo obrigatório (1)	32.932
Dividendo adicional proposto (2)	52.115
Reservas para expansão e investimentos	46.680

(1) O montante de dividendo mínimo obrigatório apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi registrado na rubrica de "Outros valores a pagar" no passivo. Em relação aos dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a metodologia de cálculo considerava os dispositivos estabelecidos no acordo de acionistas vigente na época, sendo que após a abertura de capital da Companhia, o Estatuto Social passou a definir os novos parâmetros de cálculo.

(2) Em 31 de dezembro de 2021 foi registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 52.115 a título de dividendos adicionais propostos, conforme item 24 da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1). Esse montante será objeto de deliberação na ocasião da Assembleia dos acionistas.

e. Dividendos de subsidiárias pagos à controladora

Os dividendos recebidos de suas subsidiárias estão compostos da seguinte forma:

	2021	2020
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	27.254	27.071
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	1.240	-
Total	28.494	27.071

f. Plano de outorgas de ações restritas

Em 1 de setembro de 2020, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Outorgas de Ações Restritas da Companhia, onde poderá ser outorgado às pessoas elegíveis, no âmbito deste Plano, o direito ao recebimento de Ações Restritas representativas de, no máximo, 1,5% do total de ações em que se divide o capital social da Companhia naquela data. Não houve outorgas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

15. Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de títulos e valores mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme abaixo:

	2021	2020
Controlada indireta		
BR Partners Banco de Investimento S.A.	21.621	15.744
Comissões e intermediação e estruturação de títulos		
Controladas diretas		
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		
Assessoria e consultoria financeira no país	198.484	136.072
Assessoria e consultoria financeira no exterior	-	1.314
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		
Gestão de recursos de terceiros	2.903	2.466
Intermediação de negócios	3.585	10.723
BR Partners Europe B.V.		
Assessoria e consultoria financeira	-	22.960



BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resumo a seguir apresenta as receitas de prestação de serviço (receita de contratos com clientes) e as demais rubricas contábeis que compõem o valor de total de receitas desagregadas por linha de negócio:

	2021			
	Receitas de prestação de serviços	Despesas de serviços técnicos especializados	Resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros	Outras receitas
Serviços				Total
Investment Banking	168.113	(12.537)	—	155.970
Crédito estruturado & mercado de capitais	51.504	—	31.790	83.294
Sales & Trading	118	—	52.431	52.549
Investimentos	6.858	—	—	6.858
Outras receitas	—	—	32.550	32.550
Total de receitas	226.593	(12.537)	116.771	394

	2020			
	Receitas de prestação de serviços	Despesas de serviços técnicos especializados	Resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros	Outras receitas
Serviços				Total
Investment Banking	144.651	(17.432)	—	130.891
Crédito estruturado & mercado de capitais	42.030	—	15.271	57.301
Sales & Trading	54	—	15.315	15.369
Investimentos	2.544	—	—	2.544
Outras receitas	—	—	16.161	16.161
Total de receitas	189.279	(17.432)	46.747	3.672

16. Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

	Controladora	
	2021	2020
Receitas de juros – Aplicações em títulos de renda fixa	513	64
Resultado de aplicações em fundos de investimento	2.701	8.330
Resultado financeiro líquido	3.214	8.394

	Consolidado	
	2021	2020
Receitas de juros	4.076	1.602
Rendas de operações de crédito	—	(387)
Rendas de garantias prestadas	1.634	621
Ativos financeiros	—	—
- Ao valor justo por meio do resultado	291.782	111.845
Total de receitas de juros	297.105	114.068

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas de capturação no mercado aberto	(60.319)	(4.439)
Ajuste positivo de valor de mercado – capturação (Objeto de Hedge)	1.254	—
Ativos financeiros	—	—
- Ao valor justo por meio do resultado	(28.459)	(7.741)
Total de despesas de juros	(87.524)	(12.180)

	Consolidado	
	2021	2020
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	67.873	54.784
Despesas de Câmbio	(44.964)	(57.657)
Total	22.909	(2.873)

	Consolidado	
	2021	2020
Rendas em operações com derivativos	1.696.630	1.054.545
TVM – ajuste positivo ao valor de mercado	503	306
Despesas em Operações com derivativos	(1.668.942)	(1.037.757)
TVM – ajuste negativo ao valor de mercado	(143.910)	(69.362)
Total	(115.719)	(52.268)

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	116.771	46.747

17. Despesas operacionais

a. Despesas de serviços técnicos especializados

Referem-se a despesas com consultorias e assessorias, auditoria e demais serviços da mesma natureza, que apoiam a realização de prestação de serviço de assessoria e consultoria financeira da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas de serviços técnicos especializados	1.166	3.597	1.166	3.597
Total	1.166	3.597	1.166	3.597

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas de serviços técnicos especializados	12.537	17.432
Total	12.537	17.432

b. Despesas de pessoal

Referem-se a despesas com: funcionários, benefícios, proventos e impostos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	8.028	2.346	84.283	48.410
Total	8.028	2.346	84.283	48.410

c. Despesas administrativas

Referem-se a custos com taxas e registros, consultorias e assessorias com a Oferta Pública (IPO), bem como outras despesas administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas comerciais no exterior ⁽²⁾	671	10.858	671	10.858
Despesas de processamento de dados	5.344	3.917	5.344	3.917
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.153	3.466	2.153	3.466
Despesas de promoções e relações públicas	2.609	3.190	2.609	3.190
Despesas com amortização e depreciação	3.069	2.805	3.069	2.805
Despesas tributárias	1.672	2.115	1.672	2.115
Despesas de comunicações	2.146	1.930	2.146	1.930
Despesas de aluguel	1.763	1.656	1.763	1.656
Despesas de publicação de balanço	804	797	804	797
Despesas de serviços de terceiros	1.832	685	1.832	685
Despesas de viagem	936	323	936	323
Despesas de condomínio	638	228	638	228
Despesas de manutenção e conservação de bens	382	283	382	283
Despesas de água, energia e gás	350	271	350	271
Despesas de serviços de segurança e vigilância	178	170	178	170
Despesas de transportes	111	101	111	101
Despesas de material	209	97	209	97
Outras despesas	3.226	519	3.226	519
Total	28.093	33.411	28.093	33.411
Reversão de despesas administrativas ⁽¹⁾	(3.752)	—	(3.752)	—
Total	24.341	33.411	24.341	33.411

18. Outras despesas

Os montantes de outras despesas são compostos da seguinte forma para os exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Impostos e contribuições	322	427	3.119	4.925
Despesas com projetos não ressarcidos	—	—	—	488
Contingências	—	—	272	226
Despesas com variação cambial	—	—	321	69
Outras despesas	—	1	1	1.203
Total	322	428	3.713	6.911

19. Tributos sobre lucros

a. Tributos sobre lucros

Resultado antes da tributação sobre o lucro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(46.417)	(31.133)	(46.417)	(31.133)
Adições/(exclusões) permanentes	(306)	(1.297)	(306)	(1.297)
Adições/(exclusões) temporárias	121	2.524	121	2.524
Adições/(exclusões) de equivalência patrimonial	48.808	31.372	48.808	31.372
Diferido constituição/(reversão) do exercício	2.138	(2.832)	2.138	(2.832)
Prejuízo fiscal	(2.206)	(1.466)	(2.206)	(1.466)
Total	2.138	(2.832)	2.138	(2.832)

b. Despesa com IRPJ/CSLL

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Encargo total do imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(74.482)	(45.405)	(74.482)	(45.405)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Adições/(exclusões) permanentes	(2.624)	(2.004)	(2.624)	(2.004)
Adições/(exclusões) temporárias	798	308	798	308
Outros valores ⁽¹⁾	(4.099)	2.628	(4.099)	2.628
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	(80.407)	(44.809)	(80.407)	(44.809)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Alíquota efetiva	36,7%	33,6%	36,7%	33,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.557)	8.709	(15.557)	8.709
Imposto de renda e contribuição social correntes	(64.850)	(53.518)	(64.850)	(53.518)
Alteração de alíquota da CSLL	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	(80.407)	(44.809)	(80.407)	(44.809)

⁽¹⁾ Para os exercícios de 2021 e 2020 inclui basicamente (i) equalização da alíquota de empresa não financeira tributada pelo lucro presumido e (ii) diferença de alíquota de empresa financeira.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	—	3.060	—	3.060
Total de ativo fiscal diferido	—	3.060	—	3.060

Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	13.891	1.204	(282)	14.813
Total de passivos diferidos	13.891	1.204	(282)	14.813

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(13.891)	1.856	282	(11.753)
Total	(13.891)	1.856	282	(11.753)

Diferenças temporárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no PL	—	2.115	(740)	1.375
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	—	16.034	(12.974)	3.060
Total de ativo fiscal diferido	12.470	37.519	(21.835)	28.154

Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	23.218	34.200	(4.334)	53.084
Total de passivos diferidos	23.218	34.200	(4.334)	53.084

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(10.748)	3.319	(17.501)	(24.930)
Total	(10.748)	3.319	(17.501)	(24.930)

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis para absorver os créditos tributários registrados conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado			
	Expectativa de realização	2021	2020	Valor presente
2021	—	12.389	—	10.991
2022	23.649	13	21.571	10
2023	3.084	34	2.566	24
2024	98	—	74	—

Consolidado

	Expectativa de realização		Valor presente	
	2021	2020	2021	2020
2025	587	—	406	—
2026	—	—	—	—
2027	—	—	—	—
2028	40	34	21	13
2029	64	—	30	—
2030	—	—	—	—
2031	632	—	251	—
Total	28.154	12.470	24.919	11.038

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média do DI 0,76% ao mês em 2021 (0,23% em 2020).

Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 13.278 (R\$ 3.625 em 31 de dezembro de 2020), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

20. Segmentos operacionais

O Grupo possui um segmento reportável em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esse segmento oferece serviços de bancos de investimentos, que são administrados e gerenciados de acordo com os produtos oferecidos.

O seguinte resumo das linhas de negócio da Companhia descreve os principais serviços prestados pelo segmento reportável da Companhia:

• **Investment Banking – Fusões e aquisições & reestruturações financeiras**

Oferece serviços de assessoria financeira e estratégica em transações de fusões e aquisições, vendas de participações, captação de recursos, parcerias estratégicas, reestruturações societárias e reestruturações financeiras. Desse modo, atua junto ao cliente na preparação dos materiais, levantamento de informações, modelagem financeira, estruturação do negócio, negociação de contratos e aconselhamento de acionistas e da administração em todas as etapas dos processos mencionados.

• **Crédito estruturado & mercado de capitais**

Assessora seus clientes na captação de recursos junto a investidores por meio de instrumentos de dívida. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada cliente. A área participa ativamente durante todo o processo da estruturação dos instrumentos de dívida, de forma a orientar seus clientes da melhor



BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estava em R\$ 1.463.

Devido ao momento de Pandemia da Covid-19, houve desconto médio de 20% nos valores pagos de abril a dezembro de 2020. Para 2021 os valores foram alterados devido a renovação de contrato, com 10% a menos no valor praticado do contrato anterior.

A movimentação do saldo de passivo de arrendamento está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Direito de uso de imóvel reconhecimento inicial a partir de 1º de janeiro	1.464	4.667
Depreciação	-	(1.298)

A Diretoria

Apropriação de juros s/arrendamento

Contraprestação paga

Desconto na renegociação

Total do passivo de arrendamento

f. Gestão de recursos de terceiros

A Companhia administra e faz a gestão de fundos de investimentos de participações e fundos de investimentos multimercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha R\$ 1.133.796, R\$ 469.969, respectivamente, em ativos sob gestão, divididos em R\$ 280.143, R\$ 68.290, respectivamente, em fundos de investimento multimercados e R\$ 853.652, R\$ 401.679, respectivamente, em

	Consolidado	
	2021	2020
	-	(262)
	(1.632)	(1.632)
	168	(11)
	=	1.464

fundos de investimento em participações no Brasil.

22. Eventos subsequentes

Em 4 de janeiro de 2022 foi divulgado o "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de *Units* Representativas de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais de Emissão da BR Advisory Partners Participações S.A.", de acordo com a Instrução CVM nº 400, em razão do pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de 345.304 certificados de depósitos de ações, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("*Units*"). O pedido de registro das novas *Units* da Companhia foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no dia 26 de janeiro de 2022.

Hideo Antonio Kawasaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da BR Advisory Partners Participações S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BR Advisory Partners Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de instrumentos financeiros

Veja as notas explicativas 2.15 e 5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui aplicação em instrumentos financeiros em cota de fundo de investimento em participações classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo. Esse fundo possui investimentos em ações de companhias fechadas, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, mensuradas pelo seu valor justo, determinado com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por avaliador independente, que utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, a qual considera premissas e expectativas de projeções de resultados futuros das companhias investidas, tais como: taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação.

Devido à relevância e às incertezas relacionadas as premissas para a determinação do valor justo do fundo que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras no próximo ano fiscal, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) e a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação;
- Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da

adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais laudos de avaliação; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as mensurações dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6

André Dala Pola
Contador
CRC 1SP 214.007/O-2

www.brap.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadão.com.br/publicacoes/>